

# Receita começa hoje a investigar os acusados

BRASÍLIA — A pedido da CPI do Orçamento, Receita Federal começa hoje uma investigação nos estados a que pertencem os deputados acusados de participar do esquema de corrupção, para comparar os dados das declarações de renda com o patrimônio real deles. O trabalho deve durar de 15 e 20 dias.

Primeiramente, será levantado o patrimônio nos estados de residência dos últimos cinco anos dos parlamentares implicados. Na segunda etapa, os fiscais da Receita vão verificar se os rendimentos dos parlamentares são condizentes com os bens e se existem distorções nos valores do patrimônio declarado. Serão solicitadas informações ao Departamento de Aviação Civil (DAC), às capitâneas de portos e empresas aéreas, em busca de aviões, barcos e registros de viagens ao exterior que caracterizem sinais de riqueza.

Parlamentares da CPI disseram que têm chegado denúncias de que vários dos implicados no escândalo do orçamento viajam freqüentemente para Miami (EUA).

Ficou acertado ontem na CPI que, depois de instaurado o processo de fiscalização, a Receita quebrará automaticamente o sigilo fiscal e bancário das empresas ligadas aos acusados. Os membros da Subcomissão de Patrimônio admitem que alguns dos implicados estejam acobertados por *holdings*, para burlar o Imposto de Renda. Um integrante da CPI lembrou que cobrar assessoria é uma forma de esquentar dinheiro.

□ O economista José Carlos Alves dos Santos acusou o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Ademar Sabino, de ter participado das irregularidades na Comissão Mista de Orçamento. Em depoimento ao delegado Magnaldo Nicolau, o ex-assessor do Congresso disse que Sabino recebia dinheiro do esquema de corrupção comandado pelo deputado João Alves (PPR-BA). Interrogado na última quarta-feira, o Ademar Sabino garantiu que não teve qualquer ligação com as fraudes na elaboração de emendas ao Orçamento Geral da União.